

RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA E IBAMA/SUPES/SP- 4 DE 26/04/96

Altera dispositivos da Resolução Conjunta SMA/IBAMA/Supes/SP 4, de 3/12/93 e dá outras providências.

O Secretário do Meio Ambiente, e a Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em São Paulo resolvem.

Artigo 1.º - Ficam alterados os Parágrafos 2.º, do Art. 1.º, Art. 14.º inciso K e Parágrafo 1.º, do Art. 8º, Parágrafo único do Art. 10, Art. 14, Art. 16 e Parágrafo 1º do Art 17 da Resolução Conjunta SMA-BAMA-Supes/SP 4, de 3/12/93, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Parágrafo 2.º- Art. 1.º- Entende-se por execução de reposição florestal, através de fomento, a captação de recursos junto aos consumidores de produtos florestais definidos no “caput” deste artigo, aplicação destes recursos na produção de mudas de boa qualidade em viveiros próprios ou parcerizados mediante contrato, o plantio destas mudas através de produtos rurais especialmente contratados para tal fim, com utilização de critérios técnicos e acompanhamento do desenvolvimento das árvores plantadas.

Artigo 4.º- O DEPRN, após aprovação do IBAMA, publicará trimestralmente um valor-árvore referência baseado em planilha própria que compreenda todos os custos necessários para realizar a reposição florestal tal como é definida no parágrafo 1.º do Art. 1º.

Parágrafo Único – A Associação que praticar um valor-árvore diferente daquele estabelecido, deverá submeter as suas justificativas técnicas acompanhadas da planilha de custos ao DEPRN, 30 dias antes do início de vigência do mesmo, que serão analisadas em conjunto com o IBAMA, para posterior aprovação e publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo. A não comunicação do valor-árvore será entendida pelo DEPRN e pelo IBAMA como adoção por parte da Associação, do valor árvore referência.

“inciso k) - Art. 8º - Número da conta bancária em Instituição financeira credenciada pelo IBAMA e DEPRN, que possua agências bancárias em todas as Regiões do Estado, para recolhimento do valor da reposição florestal”.

“Parágrafo 1º - Art. 8.º - Para serem credenciadas, as Associações deverão ter sua Diretoria composta de 2/3 de consumidores obrigados à reposição florestal, no mínimo”.

“Parágrafo Único - Art. 10º - O recolhimento deverá ser efetuado até o dia 31 de maio de cada ano”.

Artigo 11.º - As guias de recolhimento serão expedidas pelas Associações de Reposição Florestal credenciadas, em 4 vias, que após autenticação da agência bancária deverão ter o seguinte destino:

- a) uma via permanece com o consumidor, que servirá como comprovante do cumprimento da reposição florestal obrigatória;
- b) uma via será destinada a Associação de Reposição Florestal;
- c) uma via será destinada ao IBAMA;
- d) uma via será destinada ao controle da agência bancária.

Parágrafo único: As guias citadas no “caput” deste artigo deverão conter os seguintes dados:

- a) nome da Associação de Reposição Florestal;
- b) nome do consumidor optante;
- c) número do CGC ou CPF do optante;
- d) valor recolhido;

e) número de árvores recolhidas;

f) volume do consumo estimado correspondente em ésteres (st).

Art. 14 - A fiscalização dos consumidores de matéria-prima florestal será exercida pelo DEPRN, Polícia Florestal e de Mananciais e IBAMA, estando sujeito o infrator às penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 16 – O não cumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará a Associação infratora a uma ou mais das sanções administrativas abaixo, não necessariamente na mesma ordem, e sem prejuízo de eventuais responsabilidades penais e civis cabíveis:

a) advertência por escrito;

b) multa com base na legislação em vigor.

descredenciamento.

“Parágrafo 1º - Art. 17 - A Comissão será composta por sete integrantes indicados pelo DEPRN e IBAMA, sendo cinco titulares e dois suplentes, e o presidente, escolhido de comum acordo entre os participantes”.

Artigo 2º - Ficam acrescentados os Parágrafos 5º ao Art. 1º e Parágrafo 2º ao Art. 7º da Resolução Conjunta SMA-IBAMA-SUPES/SP nº 4, de 3/12/93, com as seguintes redações:

“Parágrafo 5º - Art. 1º - Fica estabelecido o prazo de 18 meses, a contar da data de publicação desta, para que a Associação que ainda não possua viveiro próprio passe a produzir 50%, no mínimo, das mudas equivalentes ao número total de árvores arrecadadas no ano, podendo os outros 50% ser obtidos de parcerias contratadas”.

“Parágrafo 2º - Art. 7º - A Associação que sofrer pena de descredenciamento só poderá solicitar novo credenciamento após 2 anos de publicação de seu descredenciamento no D.O. e o cumprimento total de suas obrigações, atestado pela Comissão prevista no art. 17”.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.